

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 29 de março de 2016
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.174	149.746		
Títulos e valores mobiliários	5	7.138	58.302		
Contas a receber - partes relacionadas	6 e 9	8.059	7.266		
Dividendos a receber	9	34.966	18.642		
Impostos a recuperar		10.933	5.040		
Outros créditos		290	62		
Total do ativo circulante		<u>129.560</u>	<u>239.058</u>		
Não Circulante					
Partes relacionadas	9	18.074	13.215		
Outros créditos		194	1.837		
Investimentos	7.1	1.527.086	1.411.652		
Imobilizado		25.321	25.321		
Intangível		5.306	6.340		
Total do ativo não circulante		<u>1.550.660</u>	<u>1.458.365</u>		
Total do Ativo		<u>1.680.220</u>	<u>1.697.423</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.194.614	6.414	35.746	57.580	(228.855)	855.333	
Redução patrimonial do acionista controlador	-	(5.920)	-	-	-	(5.920)	
Transações de capital com os acionistas	-	12.137	-	-	-	12.137	
Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária	11	-	-	76.000	-	76.000	
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	(1.502)	231.104	
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	-	393	
Dividendos distribuídos	-	-	(52.916)	-	-	(52.916)	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	11.575	-	-	(11.575)	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(54.981)	
Reserva de lucros	-	-	-	164.941	-	(164.941)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.194.614	12.631	47.321	169.605	(152.855)	(211.668)	1.059.648
Transação de capital com acionistas	-	(186)	-	-	-	-	(186)
Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária	11	-	(152.855)	152.855	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	84.092	166.347	250.439
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	-	372	
Dividendos antecipados	11	-	-	-	-	(110.530)	(110.530)
Dividendos distribuídos	11	-	(16.750)	-	-	(16.750)	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.317	-	-	(8.317)	-
Reserva de lucros	-	-	-	47.872	-	(47.872)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.194.614	12.445	55.638	47.872	(127.576)	-	1.182.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("Companhia") tem por objetivo a participação no capital de companhias cuja finalidade seja a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de transportes e energia, a prestação de serviços de assessoria, planejamento e consultoria nas companhias nas quais participa e a execução de construção e obras de engenharia por meio de consórcios. Atualmente, as principais atividades da Companhia contemplam sua participação direta na controladora Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. e na controlada em conjunto CCR S.A. e sua participação direta e indireta, por meio de sua controlada Camargo Corrêa Energia S.A., na Companhia S.A. e na ESC Energia S.A., "holdings" que participam indiretamente do controle do CPFL Energia S.A. Adicionalmente, a Companhia detém 32,667% do COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, cujo objetivo é a operação da Rodovia Presidente Dutra - BR-116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A. A totalidade da receita líquida da Companhia é decorrente de transações com partes relacionadas, conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e nº 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia elaborou as demonstrações financeiras individuais, conforme permitido pelo CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas, pois: (a) a Companhia é uma controlada integral, e o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

3.1. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

3.2. Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Os efeitos das mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle, são registrados como transações de capital no patrimônio.

Quando a Companhia perde o controle de uma investida, o ganho ou a perda na alienação, registrado no resultado, é apurado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras.

3.3. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das controladas. A Companhia reconhece integralmente os prejuízos de uma controlada.

3.4. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais, relacionadas às atividades da "joint venture", requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação da Companhia naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da controlada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da controlada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma IAS 36), através da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) em relação ao seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é diminuída do valor contábil do investimento.

Quando uma empresa da Companhia realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na controlada não relacionada à Companhia.

3.5. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida quando da prestação de serviços e mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.7. Lucro líquido por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.8. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis e com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

Ativos intangíveis e ágio com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, através das quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e perdas relacionadas a contas a receber. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.13. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte de uma relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e demais investimentos, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente conversíveis em caixa e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam.

c) Contas a pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo respectivo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juros efetivo.

3.14. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Pronunciamento Vigência

Modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (a)
Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1) Iniciativa de divulgação (a)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/ CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (a)
Modificações às IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18 Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (a)

Modificações às IFRS 10/CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 Entidades de investimento: aplicando a exceção de consolidação (a)

IFRS 9 (a)

IFRS 15 (b)

IFRS 16 (c)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. Esses serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa e bancos	45	37
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	2.790
Operações compromissadas (a)	15.106	-
Fundos de renda fixa	922	-
Fundos exclusivos (b):		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	203
Fundos de renda fixa	32.846	90.817
Operações compromissadas:		
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	8.866	38.869
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	9.845	17.030
Letras financeiras	18.711	55.899
Total	<u>68.174</u>	<u>149.746</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2015, as operações compromissadas renderam entre 75% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
(b) Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações em fundos exclusivos renderam entre 100,5% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Debêntures	272	416
Letras financeiras	6.532	57.240
Depósito Prazo Garantia Especial - DPGE	334	646
Total	<u>7.138</u>	<u>58.302</u>

6. CONTAS A RECEBER - PARTES RELACIONADAS

	2015	2014
Contas a receber Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (*)	8.059	7.266
Total	<u>8.059</u>	<u>7.266</u>

(*) Receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra.

7. INVESTIMENTOS

7.1. Participações em investidas

Participação direta - %	2015		2014		Lucro líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial		Ajuste de avaliação patrimonial		Saldo do investimento	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Controladas												
Camargo Corrêa Energia S.A. (a)	100,00	100,00	734.619	678.203	63.753	51.136	63.753	51.137	7.514 (11.700)	-	734.619	678.203
Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. (b)	100,00	100,00	30.828	34.975	13.761	12.978	13.761	11.313	-	-	30.828	34.975
CCR S.A.	15,24	15,24	3.781.828	3.469.003	874.368	1.348.841	133.262	205.569	74.698	13.127	576.365	528.689
VBC Energia S.A.	11,28	11,28	1.382.501	1.243.894	159.092	123.922	17.951	13.986	1.880 (2.929)	155.989	140.350	84.092
Outros	-	-	-	-	(163)	(112)	-	-	-	-	2.552	2.702
Ágio - CCR S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.733	26.733
Total	-	-	<u>12.284</u>	<u>143</u>	<u>228.564</u>	<u>281.892</u>	<u>84.092</u>	<u>(1.502)</u>	<u>1.527.086</u>	<u>1.411.652</u>	<u>1.182.993</u>	<u>1.182.993</u>

(a) A Camargo Corrêa Energia S.A. possui processo tributário referente à compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Atualmente, o processo encontra-se em 2ª instância e o valor em 31 de dezembro de 2015 é estimado em R\$234.898 (R\$247.095 em 31 de dezembro de 2014), para os quais os assessores jurídicos da Companhia classificam como possível perda. Em 25 de novembro de 2014, a Companhia adquiriu as ações detidas pelos minoritários da Camargo Corrêa Energia S.A., no valor de R\$230,42 cada uma.

(b) Em 2 de julho de 2014, a Companhia assinou contrato de compra das ações dos minoritários e passou a deter 100% do capital da Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A.. O valor de compra das ações foi de R\$13.500 e gerou uma redução patrimonial do acionista controlador de R\$5.920, que foi reconhecida no patrimônio líquido.

7.2. Movimentação dos investimentos

	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.400.602
Adições (*)	13.500
Baixas	(1)

— * continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. PARTES RELACIONADAS

	2015	2014
Ativo circulante:		
Dividendos a receber de investidas	34.966	18.642
Contas a receber da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (f)	8.059	7.266
Total do ativo circulante	43.025	25.908
Ativo não circulante:		
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. (a)	12.495	12.495
CCR S.A. (d)	2.572	720
Camargo Corrêa Energia S.A. (e)	3.007	—
Total do ativo não circulante	18.074	13.215
Passivo circulante:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	15.017	15.019
Total do passivo circulante	15.017	15.019
Demonstração de resultado:		
Receita:		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	96.293	88.183
	96.293	88.183
Despesa:		
Camargo Corrêa S.A.	—	25
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	255	24
	255	49

(a) Refere-se ao saldo a receber pela venda da totalidade da participação detida na então controlada em conjunto Logum Logística S.A., sem incidência de juros.
(b) Refere-se à receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação do consórcio na Rodovia Presidente Dutra, sem incidência de juros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.
(c) Refere-se substancialmente a estudo e elaboração de proposta para obras civis de UHE Jirau.
(d) Refere-se substancialmente ao saldo de contas a receber decorrente da venda de projeto para implantação de um novo aeroporto na região metropolitana de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

(e) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital. As transações foram realizadas com base nas condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Adicionalmente, foram concedidos adiantamentos aos acionistas da Companhia, os quais foram quitados com a distribuição de dividendos, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

(f) Saldo a receber conforme mencionado na nota explicativa nº 6.
10. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
A Companhia está sujeita a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui exposição de R\$8.106 (R\$3.179 em 2014) referente a processos tributários. Como a chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, não foi contabilizada provisão para riscos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.058.326.178 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal
Representa 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite estabelecido em lei.
Juros sobre o capital próprio e dividendos
O Estatuto prevê a distribuição de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de julho de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$16.750, por conta de reserva de lucros de anos anteriores. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos antecipados por conta do resultado do exercício, no valor de R\$110.530.

Lucro do exercício 166.347
(8.317)
Constituição de reserva legal - 5% 158.030
39.508

Dividendos mínimos obrigatórios - 25%
Proposta da Administração
Dividendos pagos referentes à antecipação do resultado de 2015 110.530
Constituição de reserva de lucros 47.872

Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária
Em 28 de novembro de 2014, a Companhia decidiu pela não efetivação da redução de seu capital, e, por essa razão, entendeu ser devido o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, que incidiria se a operação fosse tratada como mútuo. A quitação do referido adiantamento foi realizada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, mediante a distribuição de

dividendos na rubrica "Reservas de lucros" no montante de R\$152.855. Não há incidência de juros sobre os adiantamentos.

12. RECEITA

	2015	2014
Receita dos serviços prestados a partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	96.293	88.183
Impostos incidentes sobre vendas:		
PIS	(1.588)	(1.453)
COFINS	(7.319)	(6.697)
Receita líquida de vendas	87.386	80.033

13. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2015	2014
Despesas com salários e encargos	(22.626)	(20.607)
Serviços de terceiros	(23.458)	(21.456)
Materiais	(4.669)	(6.157)
Depreciação e amortização	(1.168)	(1.186)
Outros	(138)	2.021
Total	(52.059)	(47.385)
Custo dos serviços prestados	(44.733)	(40.312)
Despesas gerais e administrativas	(7.326)	(7.073)
Total	(52.059)	(47.385)

14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2015	2014
Despesa de provisão REFIS (a)	(1.101)	(4.302)
Baixa pela cessão de opção de compra (b)	(24.910)	—
Outras receitas	1.938	482
Total	(24.073)	(3.820)

(a) O saldo refere-se à adesão ao programa brasileiro de parcelamento ("REFIS") aderido em 2014 para inclusão de processo relativo ao não recolhimento de IOF sobre mútuo.

(b) A Companhia apreciou proposta junto à sua controlada em conjunto CCR para transferência da titularidade do projeto intitulado "NASP", referente à implantação de um novo aeroporto na região metropolitana de São Paulo. A referida proposta (i) dispensava a CCR de ressarcimento dos valores pagos pela Companhia na aquisição dos direitos decorrentes do Contrato de Opção de Compra ("Contrato de Opção") de um terreno onde seria desenvolvido o projeto, (ii) solicitava análise oportuna do reembolso das despesas incorridas na elaboração dos estudos relativos ao NASP, e (iii) solicitava análise oportuna do pagamento de valor a título de desenvolvimento de tese e de projeto ("Development Fee"), em percentual, por prazo determinado, sobre o lucro líquido da futura empresa. Em outubro de 2015, a controlada em conjunto CCR aprovou a proposta e celebrou documento de cessão de direitos e obrigações do Contrato de Opção, e a Companhia efetuou a baixa dos valores pagos no âmbito do Contrato de Opção.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(74.033)	(67.704)
Despesas financeiras	(19.453)	(16.738)
Variações monetárias	(524)	(158)
Outras	(801)	(1.030)
Total	(94.811)	(85.630)
Receitas financeiras:		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	21.182	5.697
Outras	158	317
Total	21.340	6.014
Resultado financeiro	(73.471)	(79.616)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são compostos como segue:
a) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	166.347	231.104
Alíquota (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(56.558)	(78.575)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	77.712	95.843
Adições permanentes, líquidas	(8.124)	607
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias	630	—
Efeito de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(12.400)	17.875

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais de R\$230.845 (R\$194.374 em 31 de dezembro de 2014) e base negativa de contribuição social de R\$231.360 (R\$194.340 em 31 de dezembro de 2014), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza de geração de lucros tributários futuros, uma vez que a Companhia é uma "holding".

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A Administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possui operações de derivativos.

Exposição a risco de taxa de juros
A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI.

	2015	2014
Ativo:		
SELIC	9.845	17.029
CDI	55.635	152.113
Passivo:		
CDI	456.808	542.212

17.1. Categorias de instrumentos financeiros

	2015	2014
--	------	------

Ativos financeiros:
Mensurados ao custo amortizado:
Equivalentes de caixa 45 37
Títulos e valores mobiliários 7 30
Contas a receber 8.059 7.266
Partes relacionadas 18.074 13.215
Outras contas a receber 290 62

Valor justo por meio do resultado:
Equivalentes de caixa 68.129 149.709
Títulos e valores mobiliários 7.131 58.272

Passivos financeiros:
Mensurados ao custo amortizado:
Fornecedores 20.117 20.327
Debêntures 456.808 542.212
Partes relacionadas 15.017 15.019
Outras obrigações 408 33

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, para receitas e despesas anuais expostas a variações do CDI e da SELIC, é conforme segue:

Operação	Risco	cenário 1	cenário 2	cenário 3
Exposição a índices variáveis:				
Receitas financeiras:				
CDI	Decréscimo do índice	8.824	6.618	4.412
SELIC	Decréscimo do índice	1.562	1.172	781
Despesas financeiras:				
CDI	Acréscimo do índice	72.450	90.562	108.675

O cenário 1 é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo determinado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

18. COMPROMISSOS, ÔNUS E RESPONSABILIDADES EVENTUAIS
A Companhia não possui garantias financeiras ou operacionais com partes relacionadas ou com terceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
São concedidos benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte e treinamentos, entre outros.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	2015	2014
--	------	------

Transações que não envolveram caixa:
Quitação de adiantamento aos acionistas para reestruturação societária com distribuição de dividendos 152.855 —

21. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2016, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e cuja informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de março de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7